



Crédito rural e o financiamento sob o viés da sustentabilidade
Rural credit and financing from a sustainability perspective

Rosana Santos de Almeida¹
Adryele Gomes Maia²
Francisco das Chagas Bezerra Neto³
Paulo Robson Parente Linhares⁴
Maria Fátima David Dantas⁵
Ciro Pereira Batista⁶
Tereza Cristina David Dantas⁷
José de Carlos Batista⁸
Amélia Edneusa Pereira Arruda⁹
Leonardo Souza do Prado Júnior¹⁰

RESUMO: O crédito rural, trata-se de uma das várias formas de subsídio que são prestadas para a agricultura brasileira, que ajuda a desenvolver as atividades dos agricultores que não possuem recursos financeiros para administrar sua propriedade e produção. Nesse ínterim, o financiamento de investimentos e custos, surge como uma importante ferramenta dos programas de desenvolvimento da atividade rural dos pequenos agricultores, para aumentar progressivamente seus rendimentos e sua qualidade de vida e de seus familiares. O objetivo principal dessa pesquisa é analisar como os pequenos agricultores rurais têm acesso ao crédito rural como suplemento de fortalecimento das atividades da agricultura e agroindustriais. A metodologia foi realizada por meio do método de procedimento dedutivo, partindo da análise de como se dá na legislação brasileira o acesso ao crédito rural por parte dos agricultores familiares para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas, também foi realizada uma análise bibliográfica e documental. De modo geral, pode-se concluir que as pequenas propriedades rurais que contraem empréstimos no campo são diferentes das propriedades que não contraem empréstimos, enquanto a influência do crédito rural está relacionada principalmente ao nível de escolaridade dos indivíduos e à motivação na gestão de seus recursos. Por se tratar de um tema contemporâneo, é necessário que órgãos de apoio estejam engajados com a realização de projetos e atividades com o objetivo de conscientizar os agricultores, para que eles possam cada vez mais desenvolver atividades sustentáveis em seus processos.

Palavras-chave: Crédito Rural; Financiamento; Sustentabilidade.

ABSTRACT: Rural credit is one of the various forms of subsidy provided to Brazilian agriculture, which helps to develop the activities of farmers who do not have the financial resources to manage their property and production. In the meantime, the financing of investments and costs has emerged as an important tool in programs to develop the rural activity of small farmers, in order to progressively increase their income and their quality of life and that of their families. The main objective of this research is to analyze how small rural farmers access rural credit as a supplement to strengthen agricultural and agro-industrial activities. The methodology was carried out using the

¹Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande e Mestre pela Universidade Federal de Campina Grande;

²Graduada em Farmácia e Mestranda pela Universidade Federal de Campina Grande;

³Graduado em Direito e Mestrando pela Universidade Federal de Campina Grande;

⁴Engenheiro Civil, Docente do curso de engenharia civil da Faculdade Luciano Feijão e Mestrando em administração pela UNISINOS.

⁵Graduada em Tecnologia em Recursos Humanos e Mestre pela Universidade Federal de Campina Grande.

⁶Graduando em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande.

⁷Graduada em Serviço Social e Mestranda pela Universidade Federal de Campina Grande.

⁸Engenheiro Civil e Professor da Faculdade Luciano Feijão.

⁹Mestranda pela Universidade Federal de Campina Grande.

¹⁰Engenheiro Ambiental e Mestre pela Universidade Federal de Campina Grande.

deductive procedure method, based on an analysis of how access to rural credit by family farmers to develop their agricultural activities is provided by Brazilian legislation. A bibliographic and documentary analysis was also carried out. In general, it can be concluded that small rural properties that take out loans in the countryside are different from properties that do not take out loans, while the influence of rural credit is mainly related to individuals' level of education and motivation in managing their resources. As this is a contemporary issue, it is necessary for support bodies to be engaged in carrying out projects and activities with the aim of raising farmers' awareness, so that they can increasingly develop sustainable activities in their processes.

Keywords: Rural Credit, Financing; Sustainability.

INTRODUÇÃO

Estima-se que até o ano de 2050, a população mundial, será aumentada para 9,8 bilhões, e isso possibilita estimar que a demanda de alimentos, aumentará gradativamente, e nesse aspecto, percebe-se a importância do agronegócio que serve como ferramenta basilar para a produção de alimentos mundial (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017).

Nesse aspecto, entende-se que um dos maiores desafios da humanidade, diz respeito a necessidade de se produzir alimentos para suprir a necessidade dessa geração e da geração futura, tendo em conta que a população cada vez mais está mais exigente, o que exerce grande influência na sofisticação desses alimentos até 2050 (LOPES, 2018).

De acordo com os dados publicados pela Organização de Alimentos e Agricultura, em 2017, era esperado um aumento de 70% na produção de alimentos satisfaça o aumento da procura sem conduzir a escassez ou alteração de preços. Nesse período, o Brasil foi o protagonista a medida que cada vez mais está preparado para atender a demanda crescente e o país passou a se tornar um fornecedor de alimentos muito importante para o mundo (FAO, 2017).

Nesse contexto, também é importante ressaltar a importância da agricultura familiar na produção de alimentos, sendo que aproximadamente 70 % da produção de alimentos que chega à mesa dos brasileiros são provenientes da agricultura familiar e de pequenos produtores rurais. (CASTRO, 2016).

Diante disso, para o desenvolvimento do setor agricultura, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil, é importante o investimento de capital através de acesso adequado ao crédito rural, que consiste em serviços de crédito em áreas rurais direcionadas a famílias de todos os níveis de renda (LINH et al., 2019).

O acesso a esse crédito, causa um grande impacto econômico nas famílias rurais, que contribuem positivamente para o aumento da produção, gerando um maior rendimento familiar e conseqüentemente redução da pobreza, além disso, o acesso ao crédito aumenta a capacidade dos agricultores rurais de satisfazerem as suas necessidades financeiras, como a compra de insumos agrícolas e outros investimentos produtivos (LIN et al., 2019).

Também é importante ressaltar sobre essa questão do crédito rural, que seu acesso não só resolve os obstáculos associados a falta de recursos financeiros, como também é capaz de promover o desenvolvimento local da comunidade de agricultores familiares associado ao desenvolvimento sustentável (Santos e Cedraz, 2015).

Nessa conjectura, o objetivo principal dessa pesquisa é analisar como os pequenos agricultores rurais têm acesso ao crédito rural como suplemento de fortalecimento das atividades da agricultura e agroindustriais.

A metodologia foi realizada por meio do método de procedimento dedutivo, partindo da análise de como se dá na legislação brasileira o acesso ao crédito rural por parte dos agricultores familiares para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas, também foi realizada uma análise bibliográfica partindo da leitura de revistas, teses, monografias, periódicos, e dissertações que tratam sobre o tema além da utilização do estudo documental.

Para melhor compreensão esse estudo foi dividido em três capítulos onde o primeiro, versará sobre os aspectos mais relevantes em relação ao conceito de crédito rural, o segundo capítulo discorrerá sobre a sustentabilidade no imobiliário rural e por fim o terceiro capítulo irá tratar sobre a concessão do crédito rural para a agroindústria e a sustentabilidade.

CRÉDITO RURAL

O crédito rural, trata-se de uma das várias formas de subsídio que são prestadas para a agricultura brasileira, que ajuda a desenvolver as atividades dos agricultores que não possuem recursos financeiros para administrar sua propriedade e produção.

Nesse ínterim, o financiamento de investimentos e custos, surge como uma importante ferramenta dos programas de desenvolvimento da atividade rural dos pequenos agricultores, para aumentar progressivamente seus rendimentos e sua qualidade de vida e de seus familiares (OSEN; BABALOLA; ADESOYE, 2019).

Por causa desses benefícios, várias formas de acesso ao crédito rural foram estabelecidas no Brasil, sendo o Banco Central o responsável pelo sistema de gestão de Crédito Nacional e de Crédito Rural, assim como, eles tem por objetivo, cobrir as despesas correntes nos ciclos produtivos e contribuir para o investimento e comercialização industrial.

Entre os programas de crédito nacional, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que é voltado principalmente para agricultores familiares e assentados da reforma agrária; o plano Safra, que ajuda os agricultores a pagar pelas colheitas e a investir; e o Programa de Garantia da Atividade Agrícola

(PROAGRO), que garante o pagamento dos custos agrícolas para financiamento rural caso a cultura sofra redução de rendimento devido a eventos climáticos ou pragas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020).

Analisando o contexto do agronegócio brasileiro, percebe-se que o governo tem buscado ampliar a oferta de crédito rural para a agricultura familiar como forma de inclusão socioeconômica dessas famílias, o que tem melhorado significativamente a qualidade de vida daqueles que tem acesso a essa política pública (DELGADO; BERGAMASCO, 2017).

Entretanto, apesar de existir esse incentivo por parte do governo, existem algumas dificuldades para o acesso a esse crédito em termos de exigências e garantias das instituições financeiras, outrossim, para se ter acesso a esse crédito, é necessário que o agricultor cumpra alguns requisitos que estão exemplificados no Manual de Crédito Rural, que não podem ser alcançados por todos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020).

Outros fatores socioeconômicos, também afetam o acesso dos agricultores ao crédito tais como idade, tamanho da família, educação, rendimento, gênero e tamanho da propriedade, compactuam com esse entendimento ao constatarem que o histórico de empréstimo, informais tem um efeito significativo nas restrições de crédito, tal como os níveis mais elevados de educação são menos propensos a sofrer restrições.

Ademais, a decisão dos agricultores de utilizarem esse crédito, está ligada a fatores como o tamanho da família, utilização de mão de obra contratada, adesão de cooperativas, conhecimento de fontes de crédito, empréstimos anteriores acumulados, posse de garantias e proximidade de uma instituição de crédito (ADESOYE, 2019).

Nessa conjectura, devido aos riscos, associados a supervisão do acompanhamento das operações de crédito, são necessárias para a liquidez das instituições financeiras, além disso que se seja possível entender melhor essa regra, se busca reduzir os desencontros das informações da concessão de crédito é de responsabilidade por garantir um baixo índice de inadimplência para diversos programas (MARAJO; PLÁCIDO JÚNIOR, 2019).

Apesar da existência de certas limitações, não há dúvidas sobre a importância do acesso dos pequenos produtores ao crédito para o desenvolvimento do agronegócio no Brasil. Além disso, dada a crescente demanda por alimentos e questões ambientais relacionadas, há necessidade de enfatizar políticas agrícolas, incluindo aquelas relacionadas ao crédito rural que atendam ao crédito e à sustentabilidade rural: um estudo comparativo sobre critérios de sustentabilidade para pequenas propriedades rurais, assumindo o cujo papel garante o aumento da riqueza do país, a preservação da igualdade social e a proteção do ambiente.

SUSTENTABILIDADE DO EMPREENDIMENTO RURAL NO BRASIL

Atualmente, tudo que envolve a produção agrícola, deve ser planejado sob um viés sustentável, pensando nas questões ambientais, diante disso, é fundamental que as propriedades rurais, organizem seus processos de produção sob um viés sustentável, pois utilizam recursos naturais que, se mal utilizados, acabarão.

Nesse sentido, existem três pilares sustentáveis que os imóveis rurais devem seguir para poderem agregar valor econômico e desenvolver a produção reduzindo os impactos ambientais para que as futuras gerações possam utilizar os recursos atualmente disponíveis (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2018).

A sustentabilidade da propriedade rural, com ênfase na produção econômica, é necessária para que aconteça o desenvolvimento da propriedade rural, e dependendo da rentabilidade, os produtores rurais terão com mais facilidade acesso a recursos financeiros necessários para investir em tecnologias sustentáveis para a sua produção.

LIN et al. (2019) confirmam esse entendimento ao afirmar que as oportunidades de investimento e crescimento dos produtores rurais são limitadas pelo nível de produção e crédito disponível para eles. No pilar econômico, identifica-se um elevado nível de dificuldade na obtenção de recursos para o grupo de agricultores rurais.

Dessa forma esses agricultores que possuem pequenas propriedades rurais, têm mais dificuldade para obter crédito em comparação aos grandes proprietários. Isto se deve à falta de salvaguardas suficientes, os quais devem ser criadas políticas auxiliares com programas de apoio para esses pequenos agricultores como forma de acesso mais eficaz a esses recursos (LINH et al., 2019).

Para o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2013), existe uma disparidade no investimento em tecnologia entre pequenas e grandes propriedades rurais e os recursos financeiros são vistos como um diferencial para o desenvolvimento imobiliário através da inovação, aquisição de terras e máquinas que agregam valor às propriedades.

A dimensão ambiental, se dá em respeito aos efeitos das atividades agrícolas que são prejudiciais ao uso dos recursos naturais, que estão associadas as práticas de conservação de água, do solo e da vegetação e do uso correto da agricultura (SILVA et al., 2016).

Outrossim, é importante salientar que no setor do agronegócio, as preocupações ambientais não requerem atenção apenas nas atividades produtivas, mas também exige um foco no planejamento de reaproveitamento, reciclagem e descarte de embalagens e resíduos (LOPES, 2014).

Nesse contexto, a dimensão social da sustentabilidade, precisa ser entendida como melhorias que envolvem a manutenção, a longo prazo e bem-estar social. Esse se associa ao bem-estar material e a participação nas decisões coletivas relacionadas com a inclusão dos agricultores.

Podemos considerar também o acesso à saúde, ao bem-estar, ao tempo livre, à moradia, à educação, ou seja, a disponibilidade dos indivíduos que vivem em terras rurais a melhores condições de vida (STOFFEL, 2014; SILVA et al., 2016).

Nesse ínterim, Neves (2016) aduz que a única maneira do agronegócio brasileiro gerar resultados positivos é atendendo a crescente demanda mundial por alimentos é considerar a sustentabilidade no meio rural, cuidar da vida das pessoas, proteger a natureza e os recursos utilizados e manter os resultados econômicos.

Diante disso, o acesso ao crédito é tido como uma ferramenta que pode ajudar a produção agrícola sustentável baseada na criação de riqueza, proteção ambiental e melhoria de bem-estar dos agricultores e comunidade (OGUNDEJI et al., 2018; OSENI; BABALOLA; ADESOYE , 2019).

Conforme relatado por Delgado e Bergamasco (2017), as propriedades que tomam crédito em áreas rurais representam medidas de desenvolvimento mais sustentáveis em comparação com aquelas que não tomam crédito.

Com a ajuda de recursos financeiros e acesso à informação correta, os produtores rurais podem avançar nas suas atividades agrícolas, aumentar a qualidade de vida, melhorar o rendimento por hectare cultivado e proteger os recursos naturais necessários para sustentar a vida na Terra.

CRÉDITO RURAL E SUSTENTABILIDADE

As três dimensões da sustentabilidade abordadas pelos teóricos, geralmente não estão documentados de forma incisiva no contexto estudado, pois os agricultores ainda não têm conhecimento sobre esse conceito, bem como a sustentabilidade pode estar ligada ao desenvolvimento social, econômico e ambiental da comunidade (NEVES, 2016).

É importante ressaltar, que os pequenos produtores rurais, passaram a desenvolver algumas atividades voltadas a sustentabilidade, mais para isso é importante que eles identifiquem o verdadeiro significado, aliado ao conhecimento para trabalhar no campo, o que poderiam ser apoiados por meio de palestras, cursos e reuniões comunitárias.

Ao comparar os produtores que tomam crédito rural e os que não tomam crédito rural em relação aos pilares de sustentabilidade apresentados, pode-se concluir que existem diferenças visíveis nas dimensões econômica e social. No entanto, no pilar ambiental, as diferenças são pequenas e não é possível tirar conclusões delas, pois todas indicam interesses ambientais.

Porém, de forma geral, os resultados apresentados confirmam a afirmação de Delgado e Bergamasca (2017) no sentido de que as propriedades que tomam crédito em áreas rurais representam medidas de desenvolvimento mais sustentáveis em comparação com aquelas que não tomam crédito.

Isto pode representar uma melhor aptidão e controle financeiro para satisfazer as necessidades das famílias, ainda que informalmente, e uma maior predisposição para investir no desenvolvimento de ativos e aumentar a produtividade no caso dos mutuários de crédito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostram que o crédito rural é um fator importante para o investimento e desenvolvimento imobiliário rural na perspectiva dos mutuários de crédito rural, uma vez que investem com maior frequência e tomam financiamento para cobrir a produção todos os anos. Por outro lado, os mutuários que não são de crédito não estão motivados a investir na melhoria das condições atuais.

Neste contexto, a educação pode ser um fator determinante em relação ao acesso e percepção do crédito nas zonas rurais, e seria importante um melhor desenvolvimento da educação econômica dos pequenos produtores rurais, para o acesso ao crédito, melhor planejamento e implementação de investimentos com elevado retorno.

Em relação à sustentabilidade, observou-se que há pouco conhecimento por parte dos agricultores rurais sobre como ela pode estar vinculada ao desenvolvimento social, econômico e ambiental da comunidade, devido à falta de informações que poderiam ser fornecidas por meio de palestras e cursos desenvolvidos no campo, então esses fabricantes lideram.

Assim, as práticas sustentáveis são percebidas de forma específica, mas podem apresentar diferenças quando se comparam produtores que tomam e não tomam crédito rural, especialmente no que diz respeito aos pilares econômico e social.

Na dimensão econômica, apesar da falta de controle formal das receitas e despesas por parte dos produtores, observou-se que os mutuários de crédito rural têm condições financeiras mais favoráveis, como evidenciado pelo desenvolvimento de uma abordagem proativa, maior

propensão ao investimento e maior capacidade financeira controle no atendimento às necessidades atuais da família.

As dificuldades ou relutância em utilizar empréstimos rurais entre os não mutuários estão relacionadas principalmente ao desconhecimento das condições de crédito, à baixa escolaridade, às dificuldades com a legalização de títulos de propriedade e ao excesso de burocracia.

Neste contexto, um maior nível de informação relacionada poderia permitir avaliar a possibilidade de utilização do crédito nas zonas rurais por não mutuários, o que melhoraria as suas condições financeiras.

No que diz respeito ao aspecto social, constatou-se que os credores de crédito rural têm uma melhor compreensão do seu papel no desenvolvimento local e no agronegócio como um todo. Por outro lado, os mutuários não creditícios demonstram menos motivação e um sentimento de falta de reconhecimento na sociedade, o que também pode justificar a sua falta de interesse no acesso ao crédito e à promoção imobiliária.

Além disso, devido ao baixo nível de escolaridade e ao hábito de trabalhar individualmente, alguns agricultores tendem a não compreender a importância da cooperação e a sentirem-se inseguros nas suas relações com atores externos.

De modo geral, pode-se concluir que as pequenas propriedades rurais que contraem empréstimos no campo são diferentes das propriedades que não contraem empréstimos, e o efeito do crédito rural está relacionado principalmente ao nível de escolaridade dos indivíduos e à motivação na gestão dos seus recursos. Propriedades.

Neste sentido, este estudo confirma pesquisas anteriores já realizadas e conclui que o perfil dos pequenos produtores rurais que tomam crédito é mais sustentável, essencialmente no que diz respeito ao pilar econômico e social, sublinhando que o crédito rural é uma importante ferramenta que pode ajudar a agricultura tornar-se mais sustentável.

REFERÊNCIAS

ASANTE-ADDO, C., et al. Agricultural credit provision: what really determines farmers participation and credit rationing? **Agricultural Finance Review**, v. 77, n. 2, p. 239-256, jul., 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de crédito rural contratações**: quantidade e valor contratado por município. 2019. Disponível em: Acesso em: 20 ago, 2023. .

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEKUN, F. V.; HASSAN, A.; OSUNDINA, O. A. The role of agricultural credit in agricultural sustainability: dynamic causality. **International Journal of Agricultural Resources, Governance and Ecology**, v. 14, n. 4, p. 400- 417, 2019.

BLOWFIELD, M. **Business and Sustainability**. Oxford: UK, 2013.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA. **Visão 2030: O futuro da agricultura brasileira**. Brasília: EMBRAPA, 2018.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION - FAO. **Representante da FAO Brasil apresenta cenário da demanda por alimentos**. 2017. .

OCDE-FAO **Perspectivas Agrícolas 2019-2028: Enfoque especial: América Latina**. 2019. Disponível em: Acesso em: 04 maio 2020. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOI, T. G.; BORIGO, F. L.; CAZELLA, A. A. A sustentabilidade dos financiamentos do PRONAF para a agricultura familiar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, p. 637-661, ago., 2016.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

HAURESKO, C. A geografia histórica como campo de investigação para a compreensão da comunidade rural de linha esperança – Prudentópolis – Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 33, p. 1-17, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE cidades: Prudentópolis**, PR. 2020.

LIN, L., et al. Rural credit constraint and informal rural credit accessibility in China. **Sustainability**, v. 11, n. 7, p. 1935-1955, abr., 2019.

LINH, T., et al. Access to rural credit markets in developing countries, the case of Vietnam: a literature review. **Sustainability**, v. 11, n. 5, p. 1468-1486, mar., 2019.

LOPES, D.; LOWERY, S.; PEROBA, T. L. C. Crédito rural no Brasil: desafios e oportunidades para a promoção da agropecuária sustentável. **Revista do BNDES**, n. 45, p. 155-196, jun., 2016.

LOPES, M. A. **O futuro é bio**. Hortaliças em Revista. Brasília, v. 14, 2014.

LOPES, M. A. Horizonte de 2050. **Embrapa**, 2018. Disponível em: Acesso em: 26 set, 2023.

MAIA, A. G.; EUSÉBIO, G. S.; SILVEIRA, R. L. F. Can credit help small family farming? Evidence from Brazil. **Agricultural Finance Review**, v. 80, n. 2, p. 212-230, nov., 2019.

MARAJÓ, L. Y. B.; PLÁCIDO JÚNIOR, C. G. Desenvolvimento rural e agricultura familiar: a importância das políticas públicas de crédito rural. **Nexus**, v. 5, n. 9, p. 59-66, dez., 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Extrato DAP: Pesquisa por município. 2019. Disponível em: Acesso em: 20 abr., 2019.

NEVES, M. F. **Vai agronegócio: 25 anos cumprindo missão vitoriosa**. São Paulo: CANAOESTE, 2016.

OGUNDEJI, A. A., et al. Impact of access to credit on farm income: policy implications for rural agricultural development in Lesotho. **Agrekon**, v. 57, n. 2, p. 152- 166, abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **World population prospects 2017. 2017**. Disponível em: . Acesso em: 05 ago, 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OECD. **OECD food and agricultural reviews: innovation, agricultural productivity and sustainability in Brazil**. Paris: OECD Publishing, 2015.

OSENI, I. O.; BABALOLA, A. D.; ADESOYE, B. A. Agricultural credit policy as a panacea for sustainable food Production in Nigeria: evidence from Ogun State. **Journal of Economics and Business**, v. 69, n. 1-2, p. 18- 29, 2019.

PAULA FILHO, G. X.; CALVI, M. F; CASTRO, R. R. A. Socioeconomic analysis of rural credit and technical assistance for family farmers in the Transamazonian Territory, in the Brazilian Amazon. **Journal of Agricultural Science**, v. 8, n. 10, p. 177-188, 2016.

SANTOS, E. J.; CEDRAZ, J. S. **A modernização da agricultura e o crédito rural: o elo de transformação da agricultura brasileira**. In: VII Jornada Internacional Políticas Públicas, ed. 7, p. 6-8, Maranhão. Anais [...]. Maranhão: UFMA, 2015.

SERAMIM, R. J.; LAGO, S. M. S. Estudo das publicações sobre sustentabilidade em pequenas propriedades rurais no período de 2005 a 2015. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 1, p. 113-141, 2016.

SILVA, M. R., et al. Indicadores propostos na literatura nacional para avaliação de sustentabilidade na agricultura familiar. **Revista Monografias Ambientais**, v. 15, n. 1, p. 37-52, 2016.

STOFFEL, J. A. **Construção e avaliação de indicadores de sustentabilidade para a agricultura familiar: uma análise multidimensional**. 2014. 243f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Toledo, 2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2010.

VINUTO, J. A amostragem de bola de neve em pesquisa qualitativa: um debate aberto. **Temáticas, Campinas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração**. Brasília: CAPES, 2009.